



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS



PARTICIPAR PARA CRESCER

ADMINISTRAÇÃO: MARIA JOSÉ DE CARVALHO NASCIMENTO

LEI N.º 1.458/99
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1999

REGISTRADO SOB N.º 1458/99

AS. FLS. 198 à 200 V

LIVRO N.º 24

29 08 2000

M. J. de Carvalho Nascimento

FUNÇÃO

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRÂNSITO – FATRAN, JUNTO À SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – SMTT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

ART. 1º - Fica criado, junto à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito, o Fundo de Assistência ao Trânsito – FATRAN.

CAPÍTULO I – DAS FINALIDADES

ART. 2º - O Fundo Municipal de Assistência ao Trânsito (FATRAN) terá por objetivo a captação de recursos financeiros destinados a:

- I – desenvolver, incentivar e contribuir para implantação de projetos de educação de trânsito no município;
 - II – desenvolver, incentivar e contribuir para implantação de projetos de segurança de trânsito no município;
 - III – custear despesas com trabalhos que visem à otimização do sistema viário municipal;
 - IV – cooperar com organismo vinculados ao Estado e à União no que compete à fiscalização do trânsito no município;
 - V – selecionar valores humanos que se dediquem à engenharia de tráfego e promover seu aperfeiçoamento;
 - VI – fornecer meios, quando necessários e possíveis, para participação de técnicos e delegações do município em cursos, palestras, seminários e semanas comemorativas de âmbito estadual, nacional e internacional.
 - VII – adquirir veículos e equipamentos para o trabalho de fiscalização, controle operacional educação de trânsito no município;
- Parágrafo Único – O desenvolvimento das atividades relacionadas nos incisos de I a IV será orientado pela Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) e implementado pela Divisão de Engenharia e Fiscalização de Trânsito.

CAPÍTULO II – DOS RECURSOS FINANCEIROS

ART. 3º - O Fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN) será constituído com os seguintes recursos:

M. J. de Carvalho Nascimento



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS



PARTICIPAR PARA CRESCER

ADMINISTRAÇÃO: MARIA JOSÉ DE CARVALHO NASCIMENTO

- I – produto da arrecadação do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, administrado pela Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT;
- II – produto da arrecadação das multas de trânsito lavradas no Município, de acordo com o previsto na Lei n.º 9.503 de 23.09.97, no que compete ao Município;
- III – produto da arrecadação do Pátio de Recolhimento de Veículos e das Remoções, e
- IV – doações, legadas, subvenções e contribuições de qualquer natureza.

ART. 4º - O material permanente, adquirido com recursos auferidos pelo fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN), será incorporado ao patrimônio do Município.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 5º - O Fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN), será administrado pela Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT.

ART. 6º - Compete ao Superintendente da SMTT:

- I – Administrar o fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN) e propor políticas de aplicação dos seus recursos, com apoio do Departamento de Trânsito;
- II – Submeter ao Conselho Fiscal:
 - a) mensalmente, de forma sintética, os demonstrativos de receitas e despesas do fundo de Assistência ao Trânsito;
 - b) anualmente, de forma analítica, os demonstrativos de receitas e despesas do Fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN);
- III – encaminhar ao Gabinete da Prefeita e à Câmara Municipal de Palmeira dos Índios:
 - a) mensalmente, os demonstrativos de receitas e despesas;
 - b) anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do fundo.
- IV – desenvolver atividades de apoio técnico e administrativo necessárias à implantação, funcionamento e consecução dos objetivos do Fundo.
- V – assinar cheques em conjunto com o diretor financeiro da SMTT.
- VI – apresentar os relatórios de acompanhamento das ações de desenvolvimento do Sistema de Transportes e Trânsito ao Chefe do Poder Executivo e ao Conselho Fiscal.
- VII – providenciar junto à Contabilidade do Fundo, demonstrativos que indiquem sua situação econômico-financeiro geral, e
- VIII – exercer outras atribuições correlatas.

CAPÍTULO IV – DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I DO ORÇAMENTO

ART. 7º - O orçamento do Fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN), evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observadas as disposições da Lei n.º 2005/98, desta Lei e dos regulamentos que poderão ser editados.

Cef.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS



PARTICIPAR PARA CRESCER

ADMINISTRAÇÃO: MARIA JOSÉ DE CARVALHO NASCIMENTO

§ 1º - O Orçamento do Fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN), em obediência ao princípio da unidade integrará o Orçamento da SMTT e do Município, observadas as regras constitucionais e legais pertinentes.

§ 2º - O Orçamento do Fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN), observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação financeira aplicável.

SEÇÃO II DA CONTABILIDADE

ART. 8º - A contabilidade do fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN), tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do FATRAN, observados os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

ART. 9º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e abalizar os resultados obtidos.

ART 10º - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão.

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receitas e de despesas do FATRAN e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral da SMTT.

SEÇÃO III DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SUBSEÇÃO I DA RECEITA

ART. 11º - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

SUBSEÇÃO II DA DESPESA

ART. 12º - A despesa do FATRAN constituir-se-á de:

I – Financiamento total ou parcial de projetos e atividades de desenvolvimento dos transportes;

II – Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e desenvolvimentos dos transportes urbanos;

III – Execução de programas de capacitação e aperfeiçoamento de mão-de-obra para melhoria e eficácia do Sistema de Transportes;

IV – Atendimento e despesas necessárias à execução das ações mencionadas no art. 2º da presente Lei e especialmente:



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS



PARTICIPAR PARA CRESCER

ADMINISTRAÇÃO: MARIA JOSÉ DE CARVALHO NASCIMENTO

- a) planejamento, fiscalização, controle operacional, comunicação e informação aos usuários e atividades de apoio;
- b) elaboração de estudos e projetos relacionados aos objetivos do FATRAN;
- c) malha viária e corredores de transportes;
- d) sinalização, abrigos e terminais.

CAPÍTULO V DA TAXA DE CONCESSÃO/PERMISSÃO DAS LINHAS

ART. 13º - Fica instituída a Taxa de Concessão/Permissão das linhas, para os transportes coletivos e alternativos, dentro do território do Município de Palmeira dos Índios, cobrada em UFIRs e paga, anualmente, à SMTT e depositada na conta do FATRAN.

I – Transporte Coletivo

II – Transportes Alternativos

ART. 14º - Os contratos de concessão ou a outorga de permissão serão lavrados pelo Município em termos próprios, contendo, dentre outras as seguintes formalidades exigidas pela legislação específica:

I – Identificação da Linha;

II – Itinerário;

III – Frota

IV – Condições de Prestação de Serviços;

V – Obrigação da concessionária/permissionária;

VI – Prazo.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 15º - O Fundo de Assistência ao Trânsito (FATRAN) terá vigência por tempo indeterminado.


ART. 16º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999.


MARIA JOSÉ DE CARVALHO NASCIMENTO
PREFEITA


FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICADA, REGISTRADA E ARQUIVADA NA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999.


MARIA BETÂNEA DE FREITAS LEMOS PARANHOS
DIRETORA DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS